

A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES COMO APOIO AO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

JORDÁRIO RECK BEHENCK

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
jordario@sai.ufrgs.br

RICARDO AUGUSTO CASSEL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
cassel@producao.ufrgs.br

GISELLE SPINDLER

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
giselpin@sai.ufrgs.br

RESUMO

Os indicadores são recursos que ganham cada vez mais utilização nas mais diversas áreas. Empresas e organizações públicas dos mais diversos ramos aproveitam o grande volume de informações existentes atualmente para transformá-las em indicadores que apoiarão seu processo de avaliação e planejamento. Na educação superior isso não é diferente. Vários estudos ao longo do tempo propuseram a criação de um sistema de indicadores para avaliação e apoio à gestão nas instituições de educação superior. Este artigo tem como objetivo analisar experiências encontradas nas instituições de educação superior brasileiras e apresentar indicadores que podem ser utilizados no processo de autoavaliação institucional, proporcionando subsídios para a melhoria da qualidade. Muitos desses indicadores podem ser encontrados em registros internos da universidade, em relatórios fornecidos por entidades regulatórias, em orientações do Ministério da Educação para avaliação externa, em rankings, na CAPES, entre outros. O artigo mostra que muitos indicadores podem ser de fácil acesso e auxiliar bastante no processo da autoavaliação institucional.

Palavras chave: avaliação da educação superior, indicadores de avaliação, autoavaliação institucional

1. INTRODUÇÃO

A avaliação na educação superior não é um acontecimento recente. No passado, na Europa e nos Estados Unidos, surgiram as primeiras agências de acreditação para a garantia da qualidade da educação superior. No Brasil, a temática da avaliação ganhou força na década de 90, quando ocorreu uma forte expansão das instituições privadas de educação superior. Na época a avaliação tinha como principal objetivo o controle da qualidade.

Com o passar dos anos o tema ganhou relevância no cenário nacional. Os governos, cada um a sua forma, dedicaram atenção ao tema. Surgiram então várias propostas e programas para avaliação da educação superior incluindo a avaliação de cursos, programas, alunos e instituições. Todo esse histórico de avaliação culmina na criação de um sistema de avaliação nacional no ano de 2004 e que possui vigência até os dias de hoje. Esse sistema prevê a avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes. A avaliação da instituição é dividida em externa, através de procedimentos realizados pelo Ministério da Educação, e interna, processo no qual a instituição produz um diagnóstico da sua situação ouvindo toda a comunidade acadêmica e levando em consideração a sua missão.

As instituições de educação superior passam por diversos processos de avaliação externos como os realizados pelo Ministério da Educação – MEC, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelos Rankings, tanto nacionais quanto internacionais. No âmbito interno, são comuns os procedimentos de avaliação executados pela IES, por exemplo, para avaliação de docentes e disciplinas. Todas essas avaliações produzem um conjunto de informações relevantes que podem ser utilizadas pelas instituições na formação de indicadores para sua autoavaliação.

Diante disso, o objetivo desse trabalho é apresentar a experiência de algumas instituições brasileiras na utilização de informações de avaliações externas e internas para a construção de indicadores de avaliação institucional. Também é apresentado o relato da experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde atuam os pesquisadores, utilizando os insumos do Exame Nacional do Ensino Médio – Enade e transformando-os em indicadores para apoio ao processo de avaliação.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na seção dois é feito um breve histórico da avaliação da educação superior no Brasil, seguido pelo processo de autoavaliação institucional previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e finalizando com a literatura sobre a utilização de indicadores para a autoavaliação institucional. Na seção três é apresentada a metodologia utilizada, na seção quatro são descritos os resultados da aplicação deste trabalho e, por fim, na seção cinco, é descrita a conclusão desta pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico será realizada uma breve revisão sobre temas importantes para a compreensão deste trabalho. Inicialmente será apresentado um pequeno histórico da avaliação até sua chegada ao SINAES. Em seguida serão abordados temas como o processo de autoavaliação institucional e a utilização de indicadores para a avaliação.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO NO BRASIL

O interesse nas temáticas de avaliação institucional e avaliação da educação superior teve crescimento no Brasil a partir da década de 1990. A preocupação existente na época com o controle da qualidade das Instituições de Educação Superior (IES) era motivada pelo aumento do número de instituições e de matrículas, especialmente no setor privado. A avaliação tinha como principal objetivo prestar contas à sociedade em função do recurso público investido na educação. A avaliação tinha como ator principal o Estado, que buscava garantir uma oferta de educação superior com certa qualidade (SINAES, 2009).

As universidades se anteciparam ao Estado na proposição de avaliações menos conservadoras, sem o caráter regulatório e resguardando a autonomia das instituições (LEITE, 2005). Nessa trajetória, Barreyro e Rothen (2008) destacam que, apesar da influência de modelos internacionais, a concepção da avaliação presente nas políticas implantadas na época tinha envolvimento de acadêmicos que participavam de comissões do Ministério da Educação durante as décadas de 1980 e 1990. Entre os principais programas de avaliação desenvolvidos na época estão: Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU, de 1983; Uma nova política para a educação superior brasileira, de 1985; Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior – GERES, de 1986; e, por fim o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras -PAIUB de 1993.

Em 2004, no terceiro ano de vigência do Plano Nacional de Educação – PNE, a Comissão Especial de Avaliação – CEA, constituída por representantes das IES, de membros do Ministério da Educação e da UNE, promoveu amplo debate nacional sobre a avaliação da educação superior e a proposta de constituição de um sistema nacional de avaliação. Dessa forma surgiu, no ano de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, criado pela Lei nº 10861, de 14 de abril. (GRIBOSKI et al., 2018) (POLIDORI, 2009)

Com isso, vemos a presença das universidades como proponentes de uma avaliação. Alguns programas foram criados e, ao longo do tempo, percebe-se a mudança de perfil desses programas de simplesmente regulatórios e de caráter externo para programas que mesclavam regulação e avaliação de caráter formativa respeitando as características de cada universidade. Esse processo culmina com a criação da Lei do SINAES, sistema que contempla avaliação externa e interna, formativa e somativa, e que está em vigência até a presente data.

2.2 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL SEGUNDO O SINAES

A Lei do SINAES, em seu parágrafo primeiro, traz as finalidades do novo sistema, como segue:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

O SINAES determina que a avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes (BRASIL, 2004):

- a) missão e plano de desenvolvimento institucional (PDI);
- b) políticas para ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e as formas de operacionalizá-las;
- c) responsabilidade social da instituição;
- d) comunicação com a sociedade;
- e) políticas de pessoal, carreiras dos servidores, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e condições de trabalho;
- f) organização e gestão da IES;
- g) infraestrutura física;
- h) planejamento e avaliação;
- i) políticas de atendimento aos estudantes; e
- j) sustentabilidade financeira.

Em sua proposta, o SINAES contemplava a avaliação institucional, avaliação dos cursos e avaliação dos estudantes. A avaliação institucional integrava a autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, que cada instituição de educação superior deveria constituir, e a avaliação externa, realizada por comissões de avaliadores designada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. A avaliação do desempenho dos estudantes seria então realizada pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (GRIBOSKI et al., 2018).

Logo após a criação da Lei do SINAES, ainda no ano de 2004, o Ministério da Educação divulgou documento chamado “Roteiro de Auto-Avaliação Institucional” que teve por objetivo orientar as IES a como proceder com a avaliação interna, integrante do processo de avaliação institucional.

Segundo esse documento, a avaliação interna é um processo cíclico, contínuo, por meio do qual a instituição conhece sua própria realidade buscando compreender seus significados e melhorar sua qualidade e relevância social. Nesse processo, através da sistematização e análise coletiva das informações, a IES busca identificar pontos fortes e fracos e estabelece estratégias para superar os problemas. A avaliação, além de contar com resultados de todos os componentes do SINAES, deve considerar demais informações como dados do Censo da Educação Superior, relatórios da CAPES para cursos de pós-graduação, entre outros documentos. O roteiro apresenta um conjunto de indicadores para avaliação das dimensões do SINAES. Contudo, informa que estes indicadores são complementares, sendo esperado que a IES realize procedimentos quantitativos e qualitativos para que a avaliação seja realizada com bases concretas (BRASIL, 2004b).

Ao longo do tempo o INEP através da CONAES divulga notas técnicas para orientar as IES em seu processo de autoavaliação. A nota técnica mais recente é a Nº 65 de 2014 que assim orienta quanto a autoavaliação institucional:

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento. O processo de

autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa (BRASIL, 2014).

Os relatórios de autoavaliação produzidos pelas IES devem ser encaminhados até o dia 31 de março de cada ano ao INEP, tendo como referência as ações de avaliação relativas ao ano anterior. Percebemos assim um certo aspecto regulatório no processo de autoavaliação institucional. Cabe a IES realizar a sua autoavaliação e produzir um relatório que deve ser entregue ao INEP anualmente. O relatório deve seguir uma estrutura determinada por essa normativa contemplando algumas dimensões e eixos em versões parciais e integrais.

2.3 INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO

A utilização de indicadores na avaliação da educação superior já ocorre há algum tempo por parte dos órgãos regulatórios, em especial. O Ministério da Educação, por exemplo, apresenta como indicadores de qualidade o índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC). O propósito desses indicadores é avaliar a qualidade de cursos de graduação e de instituições de educação superior (BRASIL, 2007).

No passado, Leitão (1987) afirmava que tanto no Brasil como no exterior, a comunidade científica tem proposto a utilização de indicadores para avaliar e melhor conhecer o desempenho das universidades e, com base neles, poder melhor geri-las.

O sistema de avaliação externa implantado pelo SINAES vale-se de uma ampla gama de indicadores, ordenados dentro de dez dimensões, por meio dos quais se procura construir uma estrutura orgânica que abrange todas as atividades finalísticas e todos os procedimentos organizativos e operacionais das instituições (MARCHELLI, 2007).

Contudo parece ser um consenso a dificuldade em encontrar indicadores isentos de críticas, que sejam adequados, efetivos e úteis ao processo de avaliação interna e externa. No entanto, o amplo trabalho nesse sentido em diversos países mostra a importância que se tem dado a esse tema. (Barbosa et al., 2011).

Ao longo do tempo, vários autores propuseram modelos de avaliação de desempenho de instituições de educação superior com base em indicadores, como Jacob (2003), Sonneborn (2004), Zanin (2014) e Rodrigues (2003).

Deste modo, pode-se identificar, em um contexto histórico, a larga utilização de indicadores na avaliação da educação superior. De modo especial, os autores sugerem que a utilização de indicadores ajuda a gestão na tomada de decisões. No entanto, os autores mencionam que a avaliação não consiste apenas na construção de indicadores de forma objetiva, mas que os mesmos podem ser utilizados como uma ferramenta de apoio à avaliação. Nesse sentido, Dias Sobrinho (2008b) corrobora dizendo que tais técnicas, práticas e medidas objetivas devem ter a capacidade de produzir reflexões e sentidos que mobilizem os sujeitos para as tomadas de decisões e o melhoramento. Para o autor, os dados quantitativos devem ser a base para uma análise qualitativa.

3. METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa exploratória. Segundo Selltiz et al (apud GIL, 2010, p. 27) as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. O

planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. Ainda, no que se refere a coleta de dados, essa pode ocorrer de diversas maneiras, mas geralmente envolve o levantamento bibliográfico, as entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto e a análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa baseou-se em um levantamento bibliográfico que teve por objetivo buscar conhecimento sobre: 1) o tema de indicadores na autoavaliação; 2) estudos e pesquisas realizadas na área de indicadores buscando relatos de experiência na autoavaliação institucional; 3) a legislação e documentação técnica que orienta a avaliação institucional.

4. RESULTADOS

O principal objetivo deste artigo é apontar como diversos indicadores, muitos deles externos a IES, podem ser utilizados no processo de autoavaliação institucional e na consequente melhoria da qualidade. Não pretendemos aqui defender apenas o uso de um sistema de indicadores quantitativos ou qualitativos como um processo de avaliação. Em relação a isso, nos servimos das palavras de Andriola e Araújo (2016b) que tão bem destacam que não devemos pedir aos indicadores mais do que eles podem oferecer, ressaltando que, um conjunto de indicadores significativo pode mostrar o funcionamento de uma dada realidade contribuindo para iluminar seus valores. Reforçam ainda que os indicadores são ferramentas importantes que podem auxiliar os gestores nas tomadas de decisões, devido a seu caráter sintético na forma de revelar aspectos importantes de determinados campos de atuação.

No levantamento de indicadores úteis para a IES, (Nunes et al., 2017) destacam que os próprios indicadores do INEP podem ser utilizados para apoiar as avaliações internas, tanto institucional quando de curso, com vistas à melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e de uma avaliação externa mais efetiva.

Mitchell e Ryder (2013) e Asif e Searcy (2014) reforçam que os indicadores devem ser criados de forma adequada ao contexto em que a instituição se encontra. Além disso, como a possibilidade de criação de indicadores é muito ampla e os recursos nem sempre são disponíveis, é necessário priorizar um conjunto de indicadores de acordo com a necessidade da instituição.

A literatura é vasta sobre indicadores para a educação superior. Em seu trabalho publicado no ano de 2016, Nuernberg et al., (2016) buscaram identificar indicadores utilizados na literatura para avaliar a gestão universitária. Através de busca em artigos no período de 1987 a 2015 foram identificados 354 indicadores sendo 80% na literatura internacional. A figura 1 apresenta os principais aspectos avaliados por esses indicadores.

O que avalia	Nacional	Internacional	Total de indicadores	%
Financeiros (ex: custo corrente por aluno)	9	52	61	17%
Resultados (Ex: Teses defendidas)	10	38	48	14%
Satisfação (ex: <i>rankings</i> externos na imprensa)	3	38	41	12%
Qualidade (ex: nível e currículo dos cursos de graduação)	13	27	40	11%
Disponibilidade (ex: assinaturas de revistas e periódicos por programas ofertados)	4	23	27	8%
Alunos (ex: alunos matriculados)	5	18	23	7%
Recursos humanos (ex: carga horária total dos docentes)	9	10	19	5%
Reconhecimento científico (ex: artigos publicado em periódico por docente)	2	15	17	5%
Infraestrutura (ex: variedade de cursos)	7	10	17	5%
Empregabilidade (ex: taxa de emprego dos graduados)	0	13	13	3%

Figura 1 - Indicadores encontrados na literatura
Fonte: Nuernberg et al., (2016)

Para alcançar o objetivo do nosso trabalho, utilizamos como base alguns artigos que relatam exemplos da apropriação de informações de avaliações externas e internas na construção de indicadores para instituições de educação superior brasileiras. Além disso, uma experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde atuam os pesquisadores, é apresentado.

Nos valem novamente da experiência de Andriola e Araújo no tema em questão. Os autores publicaram dois artigos, ambos no ano de 2016, relatando a utilização de indicadores externos no processo de avaliação da Universidade Federal do Ceará – UFC. No artigo intitulado “Relevância do uso de indicadores de gestão para a autoavaliação e o planejamento estratégico de Instituições de Ensino Superior”, é descrita a experiência da utilização de indicadores propostos pelo Tribunal de Contas da União – TCU empregados para a avaliação diagnóstica institucional. Para os autores, a partir das descrições e das análises das principais tendências oriundas dos indicadores de gestão do TCU, que, por sua vez, resultam da atividade de avaliação institucional. Os indicadores propostos pelo TCU apresentados pelos autores são: o custo corrente/aluno equivalente; a relação aluno tempo integral/docente; a relação aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo; a relação funcionário técnico-administrativo/docente; o grau de participação estudantil; o grau de envolvimento com a pós-graduação; os conceitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os cursos de pós-graduação; o índice de qualificação do corpo docente e a taxa de sucesso na graduação.

No artigo intitulado “Uso de indicadores para avaliação diagnóstica de Instituições de Ensino Superior (IES): estudo de caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)” os autores propõe a utilização de indicadores de rankings internacionais no processo de avaliação institucional. Para isso são utilizados os indicadores dos rankings: Scimago Institutions Ranking – SIR, QS World University Rankings – QS WUR, Ranking Mundial de

Universidade na Web. O quadro 1 apresenta os indicadores apresentados pelos autores, provenientes dos três rankings internacionais.

Quadro 1 - Indicadores de rankings internacionais

Scimago Institutions Ranking – SIR	QS World University Rankings – QS WUR	Ranking Mundial de Universidade na Web
Produção Científica	reputação acadêmica da Universidade	Visibilidade
Colaboração Internacional	reputação do empregador dos egressos da Universidade	Presença
Qualidade Científica Média	estudantes da Universidade - proporção de estudantes por professor	Abertura
Porcentagem de Publicações em Revistas do Primeiro Quartil	citação per capita dos pesquisadores da Universidade	Excelência
	diversidade estudantil – proporção de estudantes estrangeiros	
	diversidade docente – proporção de docentes estrangeiros	

Fonte: elaborado pelos autores

Já Miranda (2015), nos apresenta a utilização de indicadores baseados na avaliação realizada pelo corpo discente como apoio a gestão, no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Para o autor, “o uso de indicadores possibilita auxiliar a gestão da informação na instância decisória da instituição, principalmente quando se trata de dados quantitativos, com grande volume de informação, como um questionário aplicado ao corpo discente” (MIRANDA, 2015, p.632). A partir da aplicação de um questionário aos alunos da instituição o autor propõe três indicadores assim denominados: indicador de disciplina, indicador de desempenho docente e indicador de autoavaliação docente.

Para corroborar com o assunto, trazemos a experiência do uso, pela UFRGS, de insumos do Enade como indicadores de avaliação. Ao final de cada aplicação do Enade os cursos participantes recebem um conceito chamado de Conceito Preliminar de Curso – CPC. O CPC varia de 1 a 5 sendo que o INEP considera os níveis 1 e 2 como insuficientes. O CPC em si não deixa de ser um indicador importante. Contudo, o Enade possui uma composição muito ampla de informações para formação do conceito final do curso. O Enade é composto por três instrumentos: a prova atualmente realizada por alunos concluintes dos cursos de graduação, o questionário do estudante, de preenchimento obrigatório por parte de todos os alunos que estão inscritos para a realização da prova e o questionário do coordenador do curso, de preenchimento facultativo.

O Questionário do Estudante fornece informações para alguns insumos importantes do CPC. Até 2012 eram apenas dois insumos, a organização didático-pedagógica e a infraestrutura. Desde 2013 foi inserida mais uma variável, a oportunidade de ampliação da formação acadêmica e profissional.

No ano de 2013 houve uma modificação importante na origem desta informação, pois antes disso tanto a infraestrutura como a organização didático-pedagógica provinham de apenas uma questão cada. Com a inserção desta terceira variável neste grupo, várias questões produzem informações para cada um destes fatores, todas ponderadas de acordo com a resposta do aluno. Depois, é então produzida uma média que dará origem à nota bruta que será posteriormente padronizada.

Essas informações resultam em três notas que representam 15% do CPC do curso, conforme exposto no quadro 2, são elas a Nota da infraestrutura, Nota das oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional e a Nota da organização didático-

pedagógica. As notas são disponibilizadas de forma bruta, ou seja, a média da avaliação atribuída pelos alunos do curso, e também de forma padronizada, mostrando como os cursos da UFRGS estão em relação aos mesmos cursos das demais IES do país.

Essas notas são insumos importantes pois manifestam a expressão do alunos do curso em relação a temas de grande relevância como a infraestrutura, formação acadêmica e organização didático-pedagógica. Possibilitam também a comparação com demais cursos do país mostrando como os cursos da instituição estão em relação aos demais nesses quesitos. Dessa forma, a UFRGS utiliza essas informações como indicadores para produzir análises e relatórios para cada curso, tornando-se importante ferramenta de avaliação e apoio na tomada de decisões.

Quadro 2 - Composição do CPC

Item	Peso
Nota de Professores Doutores	15%
Nota de Professores Mestres	7,5%
Nota de Professores com regime de dedicação integral ou parcial	7,5%
Nota da Infraestrutura	5%
Nota das oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional	2,5%
Nota da organização didático-pedagógica	7,5%
Nota dos Concluintes no Enem	
Nota dos concluintes no Enade	20%
Indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (IDD)	35%

Fonte: elaborado pelos autores

Nos trabalhos pesquisados e com base na experiência de nossa instituição, foi possível elencar um grande conjunto de indicadores, apresentamos no quadro 3. Esses indicadores têm como uma de suas principais características a fácil obtenção. A IES produz anualmente os indicadores para informação ao TCU. As empresas que organizam os rankings costumam divulgar os dados distribuídos em indicadores. A avaliação interna é um processo muito comum entre as IES e já adotada por grande parte das instituições com aplicação informatizada. Já os insumos do Enade, utilizados por nossa instituição como indicadores de avaliação, são fornecidos anualmente pelo INEP.

Os indicadores listados atendem a várias áreas e dimensões sendo que muitos deles podem estar atrelados ao PDI e a missão da instituição. É possível observar que, conforme relatado pelos autores dos trabalhos pesquisados e na experiência da instituição pesquisada, a análise desses indicadores possibilita grande apoio na atividade de autoavaliação institucional trazendo importante informação para fins de diagnóstico da IES e correção dos rumos de seu planejamento.

Assim como os indicadores apresentados nesse trabalho, várias são as informações que a IES possui e que podem ser utilizadas como indicadores de avaliação institucional. Cabe a instituição buscar as informações e indicadores que mais se adequem a sua necessidade e que mais estejam atrelados a sua missão. Com isso, seria possível a criação de um sistema de indicadores para apoio ao processo de autoavaliação, que facilitaria a análise por parte da IES.

Quadro 3 - Conjunto de indicadores para autoavaliação

TCU	RANKINGS	Avaliação Interna do Corpo Docente	Enade
Custo corrente/aluno equivalente	Produção Científica	Indicador de disciplina	Nota da infraestrutura
Relação aluno tempo integral/docente	Colaboração Internacional	Indicador de desempenho docente	Nota das oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional
Relação aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo	Qualidade Científica Média	Indicador de autoavaliação docente	Nota da organização didático-pedagógica
Relação funcionário técnico-administrativo/docente	Porcentagem de Publicações em Revistas do Primeiro Quartil		
Grau de participação estudantil	Reputação acadêmica da Universidade		
Grau de envolvimento com a pós-graduação	Reputação do empregador dos egressos da Universidade		
Conceitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os cursos de pós-graduação	Estudantes da Universidade - proporção de estudantes por professor		
Índice de qualificação do corpo docente	Citação per capita dos pesquisadores da Universidade		
Taxa de sucesso na graduação	Diversidade estudantil – proporção de estudantes estrangeiros		
	Diversidade docente – proporção de docentes estrangeiros		
	Visibilidade		
	Presença		
	Abertura		
	Excelência		

Fonte: elaborado pelos autores

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho os pesquisadores buscaram na literatura conhecimento sobre a avaliação das instituições de educação superior com especial atenção a avaliação interna e seu processo de autoavaliação. O principal objetivo foi mostrar que existem várias informações de avaliações externas ou de registros já existentes na IES que podem ser utilizados como indicadores na realização de um diagnóstico institucional.

Com base no relato de experiências de alguns autores e no trabalho já realizado pela UFRGS com insumos do Enade, foi possível apresentar um conjunto de indicadores que podem ser utilizados pelas IES como apoio no processo de autoavaliação e na condução de um diagnóstico institucional. Foi possível, com este trabalho, mostrar que tais informações podem servir de base para a criação de indicadores, que, por consequência, darão subsídio para o processo de autoavaliação conduzido pela CPA.

Entendemos que os indicadores aqui levantados são apenas um exemplo do que pode ser feito com um conjunto de informações pré-existent. A literatura sobre o tema de indicadores é vasta e a cada dia surgem novos rankings apresentando informações

diferenciadas. É importante que cada IES investigue as informações que possui e aquelas fornecidas por avaliações externas para que, atrelado a sua missão institucional e, com o apoio da comunidade acadêmica, possam produzir indicadores para apoio a avaliação e a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLA, W. B.; ARAÚJO, A. C. **Uso de indicadores para avaliação diagnóstica de Instituições de Ensino Superior (IES): estudo de caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. XVI Coloquio Internacional de Gestión Universitaria - CIGU. **Anais...** Arequipa - Perú: 2016.
- ASIF, M.; SEARCY, C. A composite index for measuring performance in higher education institutions. **International Journal of Quality and Reliability Management**, v. 31, n. 9, p. 983–1001, 2014.
- BARBOSA, G. DE C.; FREIRE, F. DE S.; CRISÓSTOMO, V. L. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 2, p. 317–344, 2011.
- BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 1, p. 131–152, 2008.
- BRASIL. Lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004a. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abril 2004.
- _____. Ministério da Educação, Roteiro de Auto-avaliação Institucional 2004b. Brasília, 2004, 37p. Disponível em <http://inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2> Acesso em: 19 agosto 2019.
- _____. Ministério da Educação. Portaria Nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 2007; Seção 1, págs. 39 a 43. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf Acesso em: 19 agosto 2019.
- _____. CONAES. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65 de 09 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf> Acesso em: 19 agosto 2019.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 1, p. 193–207, 2008.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, n. 1, p. 195–224, 2010.
- GIL, Antonio Carlos, 1946 – Como elaborar projetos de pesquisa / Antonio Carlos Gil. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- GRIBOSKI, C. M.; PEIXOTO, M. DO C. DE L.; HORA, P. M. DA. Avaliação externa, autoavaliação e o PDI. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 1, p. 178–197, 2018.
- JACOB, Rita de Cássia Gomes. Avaliação Institucional e Indicadores de Qualidade nos Cursos Superiores. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis – SC, 2003.
- LEITÃO, S. P. Indicadores de Desempenho na Universidade: Uma Avaliação. **Revista de Administração Pública**, v. 21, n. 2, p. 55–72, 1987.

- LEITE, D. **Reformas Universitárias. Avaliação Institucional Participativa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.
- MARCHELLI, P. S. O Sistema de Avaliação Externa dos Padrões de Qualidade da Educação Superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 15, n. 56, p. 351–372, 2007.
- MIRANDA, A. C. Indicadores na gestão universitária: uma metodologia de apoio. **Educação**, v. 40, n. 3, p. 631–644, 2015.
- MITCHELL, J. J.; RYDER, A. J. Developing and Using Dashboard Indicators in Student Affairs Assessment. **New Directions for Student Services**, p. 71–81, 2013.
- NUERNBERG, E. G. et al. Gestão universitária: identificação e análise dos indicadores utilizados na literatura. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 14, n. 3, p. 29–52, 2016.
- NUNES, E. B. L. DE L. P.; DUARTE, M. M. S. L. T.; PEREIRA, I. C. A. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, p. 373–384, 2017.
- POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, n. 2, p. 439–452, 2009.
- RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz. Proposta de Avaliação Integrada ao Planejamento Anual: um Modelo Para as Ucg's. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre – RS, 2003.
- SONNEBORN, Marcelo Jorge. Desenvolvimento de um Modelo de Apoio à Gestão para uma Instituição de Educação Superior Baseado em Indicadores de Desempenho. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre – RS, 2004.
- SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328 p.
- ZANIN, Antonio. Definição de Painel de Indicadores de Desempenho para Instituições Comunitárias de Ensino Superior. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre – RS, 2014.